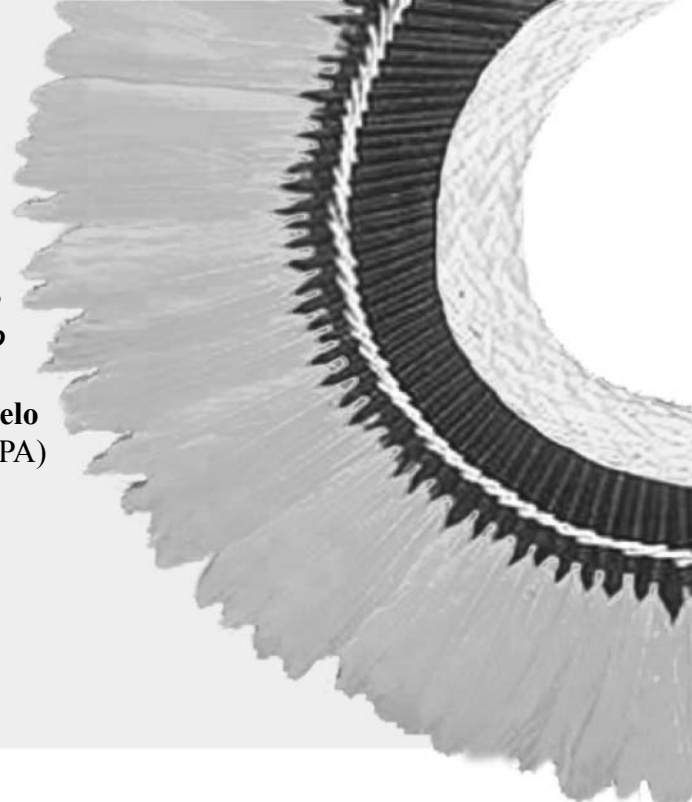


**O SONHO DE UM MESTRE:  
oficina de professores**  
*A Master's Dream: Teachers Workshop*

**Maria de Lourdes Santos Melo**  
Universidade do Estado do Pará (UEPA)



**LOPES, Sonia de Castro. Oficina de Mestres: história, memória e silêncio sobre a escola de professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939). Rio de Janeiro: DP&A Faperj, 2006**

Esta resenha foi elaborada tendo como referência a obra de **Sonia de Castro Lopes**, intitulada **Oficina de Mestres: História, Memória e Silêncio sobre a escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)**, publicada em 2006 na cidade do Rio de Janeiro, pela editora DP&A; FAPERJ. O livro, fruto da tese de doutoramento da autora, tem como objeto de estudo a *Escola de Professores* do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Trabalhado na perspectiva historiográfica cultural, foi sintetizado em 328 páginas e constitui-se em um profícuo estudo sobre o sentido histórico da primeira experiência de formação de professores “primários” em nível superior no Brasil – a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939).

A autora utiliza como referência teórica uma extensa lista de autores, e dentre eles destacamos: Apple (1982 e 1989); Azevedo (1929 e 1931); Bonow (2001); Burke (1992); Bourdieu (1980, 1993, 1996, 2000); Le Goff (1996); Teixeira (1994); Motta (1998); Orlandi (1993) Pollak (1989); Novoa (1998 e 2002); Nunes (2001) Lemme (1988); Nora (1993 e 2002); Carvalho (1990); Velho (1994); Chauí (1981 e 1982); Mauad (1996); Chartier (1990). Também recor-

reu à produção acadêmica acerca da história das instituições escolares, referente à formação de professores e o movimento da escola nova como nos trabalhos de Iolanda Lobo (1978); Léa Viveiros de Castro (1986); Clarice Nunes (1991), Zaia Brandão (1992); e Ana Waleska Mendonça (1993).

O *corpus* documental inclui: arquivos pessoais; legislação de ensino; periódicos; arquivos do Instituto de Educação; livros de matrícula; entrevistas de antigas alunas da década de 1930 e 1960. A categoria central de análise é *a memória*, que a autora problematizou como *lugares de memória*. O recorte temporal utilizado para aprofundar a perquirição foram os anos de 1930 a 1960, destacando-se 1932-1939.

O livro, prefaciado por Ana Waleska P. C. Mendonça, foi dividido em três partes, sendo elas: A Construção da Memória, Tempos Difíceis e O Silêncio da Memória, respectivamente. A primeira parte é subdividida em dois momentos. Um em que ela fala sobre “A Obra-Síntese da Renovação Educacional” e outro em que trata sobre os “Arquivos do Instituto de Educação: Suportes de Memória”. Na parte denominada “Tempo Difícil”, Sonia reporta-se aos “Limites do Projeto Renovador”, abordando questões como: O fim de uma utopia; Pensamento de fronteira; Memórias em disputa; A onda reacionária; A sobrevivência do projeto; A ruptura. Na parte que trata sobre O Silêncio Da Memória é relatado A Longa Noite da Confusão. Um Lugar De Memória da Renovação Educacional foi o título escolhido por ela para denominar o epílogo.

Na introdução, Lopes revela razões e maneiras que a levaram a investigar a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, as duas – razões e maneiras –, segundo a autora, foram motivadas por *lembranças discentes* acumuladas no período em que estudou no Instituto de Educação (década de 1960), somadas às *angústias docentes* vivenciadas cotidianamente por ela no mesmo Instituto, no momento da reformulação do Curso Normal Superior, prescrito pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). As conexões entre as duas experiências colaboraram para a escolha do problema a ser investigado, ou seja, o sentido histórico da primeira experiência de formação de professores “primários” em nível superior no Brasil – a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939) – e a categoria central de análise da pesquisa, que é *memória*. Sobre a categoria, a autora elucida que ao longo do texto irá trabalhar com; “memória construída, monumentalizada, memória registrada como dever, memória “enquadrada”, silenciada ou esquecida e a preocupação deliberada com a sua recuperação, dando ensejo à criação dos lugares de memória” (p. 46). Lopes buscou em suas próprias lembranças fragmentos de histórias e memórias e os uniu com os existentes no Instituto ou até mesmo fora dele, traduzindo-os no *corpus* documental do trabalho que passou por: arquivos pessoais, legislação de ensino, periódicos, arquivos do Instituto de Educação, livros de matrícula, acervo fotográfico e entrevistas com antigas alunas da década de 1930 e 1960.

“A Construção da Memória” foi subdividida por Lopes em dois momentos: “Obra-Síntese da Renovação Educacional” e os “Arquivos do Instituto de Educação: suportes de memória”. Ao falar em “Tempo de Reformas”, a autora refere-se às reformas educacionais implementadas no Rio de Janeiro – nas décadas de 1920/30 –, então Distrito Federal que, dentre outras medidas, transforma a antiga Escola Normal em Instituto de Educação. Destaca-se no processo a implementação da *Escola de Professores*, curso de nível superior de reconhecida notoriedade acadêmica, pensado para atender à formação de professores primários. A reforma ocorreu por iniciativa de Anísio Teixeira, que no período de 1931 a 1935 foi diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal, no governo de Pedro Ernesto e, também, um dos mais destacados pioneiros da educação

no país, idealizador do projeto que ficou conhecida como “Obra-Síntese da Renovação Educacional Brasileira”.

Os personagens centrais apontados por Lopes como *os construtores da obra* são: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Todos intelectuais dos anos 1920 que, conforme a autora, sonhavam com um Brasil moderno, necessitado de novos modelos de produção econômica e de desenvolvimento científico, como indicado na p. 82. “A realização de um novo projeto para o Brasil seria uma tarefa das elites intelectuais detentoras de um saber sobre o social que era reconhecido e valorizado pela sociedade”.

A autora alude que os *Pioneiros* da educação nova no Brasil acreditavam ser a educação o meio capaz de alavancar a almejada modernização do país, mas para isso era fundamental investir na *formação de bons professores*. Esse argumento justificava plenamente a experiência de formar professores em nível “primário” por meio da *Escola de Professores* do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, experiência que aconteceu no primeiro governo do presidente Getúlio Vargas e perdurou de 1932 a 1939. No discurso de inauguração da instituição, proferido por Anísio Teixeira em 1932, o educador explicava que “a Escola de Professores, portanto, apropriava-se destas três tendências, sintetizando os princípios fundamentais de cada uma delas. Na opinião do educador, equilibravam-se as tendências audaciosamente científicas da Alemanha, as excessivamente práticas da França e Inglaterra e as tendências um tanto incertas dos Estados Unidos” (p. 42).

Concluindo a primeira parte do capítulo, Lopes teceu memória com lembranças e esquecimentos e, para atingir seu objetivo, investigou de forma minuciosa os “Arquivos do Instituto de Educação”, que possibilitaram à pesquisadora um suporte de memória, que, por sua vez, permite ao leitor uma verdadeira viagem no tempo e no emaranhado espaço de luta e poder que se tornou o Instituto de Educação após a Revolução de 1930.

Sobre os “Arquivos do Instituto de Educação”, a autora informa que eles passaram a ser

publicados no período da gestão de Lourenço Filho como diretor do Instituto, e que por meio dessas publicações ficavam registradas todas as experiências educativas e investigações feitas na Escola de Professores, datadas do período de 1934 a 1937. Sonia conta que, para Lourenço Filho, os *arquivos* tinham a função não somente de publicidade da escola-laboratório, mas principalmente de perpetuar a imagem do instituto para a posteridade. Ela explica que os anuários foram fontes importantes para resgatar a memória da dinâmica vivida pelo “Instituto de Educação”. Assim, o conjunto de informações organizado por Sonia fez dos “Arquivos” um *suporte de memória* coletiva da investigação. A obra em questão permite clara elucidação dos motivos da curta existência da instituição (1932 a 1939). De acordo com a pesquisadora, em 1935, Anísio Teixeira, então secretário de Educação do Distrito Federal, e Lourenço Filho, diretor geral do Instituto, se deixam envolver em uma crise pessoal, fomentada por uma rede de intrigas, interesses e poderes – políticos, econômicos, religiosos, legais. Sobre o assunto, Sonia afirma que, no bojo da tensão, preponderaram diferentes concepções de educação e posicionamento político dos professores do Instituto e de representantes do Governo Federal. Esses fatores foram decisivos para que opositores à existência do Instituto de Educação unissem forças e poderes para modificações e posterior extinção da Universidade do Distrito Federal.

A parte II do livro foi denominada de “Tempos Díficeis” e lá são contadas as tensões vividas no Instituto de Educação nos anos de 1936 e 1937. De acordo com Lopes, no período “ocorreu um clima de caça às bruxas”, promovido pelo governo federal e que Lourenço Filho “revelou-se um funcionário zeloso no cumprimento de seus deveres” (p.199), referindo-se à colaboração dele com o governo. A autora favorece ao leitor a percepção de como as influências políticas e pressões externas forçaram o estabelecimento de uma nova forma de convivência e sobrevivência no interior do Instituto, sendo forjado neste contexto um outro tipo de *memória* a ser criada, para que fosse apagado da *memória* dos atores sociais que viveram a experiência da escola-laboratório, bem como, a importância histórico-social dos pioneiros da renovação educacional do Brasil.

Relata Lopes que, motivado pela intenção

de construir uma nova história para o Instituto, Lourenço Filho voltou a publicar os “Arquivos do Instituto de Educação” em 1936, sem, contudo, fazer qualquer referência às turbulências e problemas ocorridos nos anos passados. A partir desse período, uma série de mudanças foi posta em curso, atingindo duramente vários setores da instituição. Sonia lista como exemplos: a redução no tempo de formação dos professores, alteração na matriz curricular do curso, mudanças de disciplinas (diminuição de carga horária de umas em detrimento do aumento de outras). Apon-ta, também, a redução significativa da prática de ensino, disciplina curricular considerada por Anísio fundamental na formação de professores. A autora considera as estratégias utilizadas pela política educacional do governo da época como autoritária, responsáveis por *apagar memórias* e silenciar fatos, em detrimento de que fossem *enquadradas novas memórias* para o Instituto.

No entender de Sonia, foram muitas as artimanhas utilizadas pelo poder dominante para alcançar o esquecimento e silêncio que se abateu sobre a história e memória do movimento renovador no Instituto de Educação, e uma delas veio por meio do resgate de vultos históricos nacionais que, na verdade, pouco tinham de significativo para o Instituto. Ela dá exemplo desse momento relatando a grande homenagem prestada a Benjamin Constant – primeiro diretor da escola normal do tempo do Império – que teve sua imagem perpetuada na Escola de Professores com um vultoso busto de bronze, inaugurado em meio à pomposa solenidade festiva, prestigiada por autoridades federais e religiosas da época e posteriormente documentada em destaque nos Arquivos do Instituto.

Lopes conta que a onda de civismo que ocorre nas escolas e, por conseguinte, no Instituto, tinha largo apoio do ministro da educação Gustavo Capanema, e vinha no bojo das reformas educacionais implementadas em seu ministério. Ela explica que “Durante o período em que se manteve no Ministério da Educação (1934-45), Gustavo Capanema aliou-se aos setores católicos que se faziam representar, principalmente, por Alceu Amoroso Lima, líder da reação católica ao movimento dos educadores que defendiam uma educação igualitária sob a responsabilidade do Estado-Novo que explica, inclusive, a disposição de Capanema em dissolver a Universidade do

Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira em 1935” (p. 243). Para a autora, o golpe final desferido no sentido de desmontar o projeto de formação de professores implementado por Anísio Teixeira foi o Decreto-Lei 156 de dezembro de 1936, que determinava a incorporação do Instituto pela UDF e a mudança do nome da *Escola de Professores* para *Escola de Educação*. Posteriormente, com a saída de Lourenço Filho da direção do Instituto, a escola silenciou, forçada que foi pelas medidas restritivas impostas pelo governo autoritário do Estado Novo (1937-45) que, dentre outras ações, submeteu o Instituto à censura e perseguição política.

A parte III do livro é chamada de “O Silêncio da Memória”. Nela, Sonia articula muito bem a categoria *silêncio*, emprestada da obra de Orlando (1994), com o silêncio promovido pelos representantes políticos do Estado Novo sobre a história e memória dos principais personagens do projeto de renovação educacional brasileiro dos anos de 1935. Em meio às informações, é destacada a figura de Anísio Teixeira, que, para não abrir mão dos princípios educacionais que defendia, pediu demissão do cargo de Diretor Geral de Educação no Governo Federal, e ainda, com o intuito de escapar das perseguições políticas e acusações de comunista, se autoexilou na Bahia.

A pesquisadora também trouxe para sua obra depoimentos concedidos por ex-alunas da “Escola de Educação” (Iva Bonow, Marília Costa e Maria Bittencourt). Por meio desses depoimentos, Lopes afirma que, para esse primeiro grupo de discentes, ficaram muitas recordações significativas, “dos tempos da boa escola” e dos “excelestes professores que tiveram” e incluíam com orgulho Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

Ao entrevistar um outro grupo de ex-alunas que estudou na instituição na década de 1940, a autora constatou que essas alunas nada sabiam sobre os pioneiros ou a própria gênese do Instituto. Isso porque quase nada era falado sobre o projeto pioneiro de formação de professores “primários” em nível superior no Brasil. Essas descobertas ajudaram Sonia a concluir que, para toda uma geração que estudou no Instituto na época referida, não existia um *lugar de memória* sobre a luta e obra do grupo de pioneiros que acreditaram ser possível uma formação docente de qualidade no Brasil. Norteadas por tais descobertas, a autora afirma que foi construída uma outra *me-*

*mória* sobre a *escola de professores*, com o intuito de silenciar ou mesmo apagar a primeira. Ela também infere que, para o segundo grupo de alunas, preponderaram, em seus lugares de memórias sobre o Instituto, os registros das atividades cívicas como: as “paradas de 07 de setembro”, “as apresentações nos corais de canto orfeônico regidos por Vilas Lobo” e, sobretudo, as “festas” realizadas na instituição. Lopes explica que ainda que não houvesse uma proibição explícita de mencionar alguns fatos ou nomear certos personagens, havia provavelmente nas lembranças daqueles que viveram os acontecimentos, zonas de sombra, silêncios, simbolismos reinventados, estratégias das quais se valiam para resistir ao espetáculo montado pela máquina da história oficial (p.278). A autora presume que, a partir desta lógica, foi se formando um pacto tácito por parte daqueles que sabiam ser preciso silenciar para melhor *sobreviver à longa noite da confusão*.

O silêncio na escola começou a ser rompido quando, em 1945, o professor Venâncio Filho, um dos signatários do manifesto dos pioneiros, assumiu a direção geral do Instituto de Educação. Segundo Sonia, Venâncio buscou, dentre outras medidas, resgatar a memória de seus companheiros de projeto e, para tal, voltou a publicar os Arquivos do Instituto de Educação, que há 8 anos não vinham sendo editados. Auxiliado por professores que conseguiram permanecer no Instituto, ou que estavam voltando para ele e também por ex-alunos que se encontravam naquele momento na condição de professor, o grupo retomou o trabalho e, para a reedição, organizaram vários artigos homenageando Fernando Azevedo e resgatando a história da escola de professores. Para a autora, a intenção era que fosse recriado o movimento renovador e, para tal, foram ressaltadas as expressões materiais mais caras do *projeto da escola de professores*, tendo na volta dos “Arquivos”, o principal meio dessa divulgação. Ela refere-se novamente aos “Arquivos” *como suporte de memória*, ao afirmar que a história do Instituto, silenciada por tantos anos, voltava novamente a ser contada nos “Arquivos de Educação”, e que o contexto facilitador de tal abertura foi o término do Estado-Novo e, com ele, o fim das perseguições políticas. De acordo com a pesquisadora, os “Arquivos” ainda foram publicados em 1949, 1950, 1956 e 1960. Referindo-se a esse período estabelecido a partir de 1945, “aproveitando-se da ‘doce e inebriante liberdade’,

os sobreviventes e seguidores do movimento renovador tentaram reanimá-lo, talvez sem se dar conta de que o mesmo já não era sentido coletivamente, daí a preocupação de reestruturá-lo através do discurso, na tentativa de recuperar, de forma nostálgica, a unidade que se perdera” (p.301).

Lopes conta que apesar de todo esforço empreendido por alguns remanescentes do projeto e de sua preocupação em resgatar para a formação docente o caráter científico e democrático, o Instituto continuou engessado pelas Leis Orgânicas que disciplinavam tanto o Ensino Secundário quanto o Ensino Normal, distanciando-se cada vez mais do ideário de Anísio Teixeira, no sentido da existência de *colégio padrão destinado à formação de professores*.

E, assim, diante do conjunto de fatos e documentos habilmente selecionados para compor o *corpus* documental eleito para subsidiar a pesquisa, a autora conclui seu trabalho confirmando a hipótese central da investigação, ou seja:

[...] de que houve uma intenção de apagar a memória dos Pioneiros pelo projeto que se estabeleceu após 1939 no Instituto de Educação do Rio de Janeiro então Distrito Federal. Tal ação deu-se pela cooptação de alguns elementos responsáveis pela implementação e gestão do projeto inicial, através de práticas simbólicas e materiais efetivadas ao longo da década de 1940” (p.47).

Entretanto, Sonia também faz referência à luta travada por alguns sobreviventes do movimento dos pioneiros, objetivando reverter o silêncio imposto sobre ele e, por isso, acredita

[...] ser relevante à construção dessa história, na relação que ela desenvolve com a memória deixada pelos seus criadores, para que melhor se possa refletir sobre idéias e práticas que nos ajudem a pensar a formação de professores para além do que dispõe a atual legislação em vigor (p.48).

Ao finalizar a resenha, sentimos necessidade de expressar nossa profunda admiração pelo trabalho de Sonia de Castro Lopes, sobretudo por sua extraordinária habilidade como artesã da história, que, com os fios das próprias lembranças de aluna/professora do Instituto de Educação – fragmentos de histórias,

documentos, fotos e conversas, impressos, leis e vivências pessoal –, presenteou-nos com a “História, Memória e Silêncio sobre a escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro”, resgatando das sombras, do silêncio e do passado as histórias dos *homens-memória* que iniciaram o movimento revolucionário no sentido da formação superior de educadores e educadoras do Brasil. Se, em um primeiro momento, a tessitura elaborada pela autora retrata o período da construção da memória da instituição como um locus referencial do movimento da reconstrução do país, no segundo, ela relata a vitória do projeto autoritário do Estado-Novo desmantelando a *escola de professores* e silenciando a memória de seus precursores. Na obra, é indicado que com o fim do Estado-Novo e a ida de Venâncio Filho para o Instituto, esse buscou estratégias para resgatar a *memória* dos pioneiros, de forma a tirar seus nomes das sombras do esquecimento. O período entre 1945 e 1960 foi quase sempre identificado pelas ex-alunas como a fase áurea da formação docente no Instituto, e que, na época, ocorreu grande atividade cultural, tendo novamente como marco histórico as edições dos “Arquivos”, a revista de alunas Normalistas e uma forte atividade estudantil. Mas, de acordo com a avaliação de Sonia, se houve o resgate da memória dos pioneiros da educação, não ocorreu o mesmo com o projeto de formação de professores, que, com as mudanças, perdeu as bases da sólida formação científica e pedagógica, proposta no projeto inicial de Anísio Teixeira. Consideramos a obra de Sonia uma referência obrigatória, sobretudo nos cursos destinados à formação de professores, por entendermos sua utilidade para a ampliação de conhecimentos sobre a história da formação de professores no Brasil. A leitura possibilitará maiores conhecimentos sobre a história da profissão docente no Brasil e, quiçá, seu conteúdo possa subsidiar o trabalho de outros educadores que trabalham na formação de novos educadores que acreditam ser possível construir uma nova história da profissionalidade docente em nosso país.

Maria de Lourdes Santos Melo

Doutora em Educação pela PUC-Rio. Professor Adjunto I da Universidade do Estado do Pará (UEPA).  
2011malu.melo@gmail.com

Recebido em 19/06/2010.

Aprovado para publicação em 05/10/2010.

